



Igualdade de género nas listas ao parlamento dos Açores por proposta do BE

No seguimento de uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, o parlamento açoriano aprovou hoje uma alteração à lei eleitoral dos Açores que promove a igualdade entre homens e mulheres, ao determinar que as listas de candidatas à Assembleia Legislativa dos Açores passam a ser compostas por, no mínimo, 33% de cada um dos sexos, e deixam de poder conter mais de dois candidatos do mesmo género colocados consecutivamente na ordenação da lista.

Assim, esta regra que já é aplicada nas eleições para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais, passa a ser aplicada também nas eleições para o parlamento dos Açores, naquilo que a deputada do Bloco de Esquerda classificou de “avanço civilizacional”.

O documento subscrito e aprovado por todos os partidos – com a excepção do PCP – é um contributo para a luta pela igualdade, na vida e não só na lei, que é um processo demorado, difícil e que exige persistência e ousadia.

BE questiona República sobre impacto de acordo da UE com a Tailândia

O Bloco de Esquerda alerta para a ameaça que o acordo de livre-comércio entre a União Europeia e a Tailândia representa para o sector das conservas de peixe, particularmente para a economia dos Açores, e quer saber que medidas vai o Governo da República tomar para que esta indústria fique de fora do referido acordo.

Segundo o documento entregue pelo Grupo Parlamentar do BE na Assembleia da República, “actualmente, as exportações de conservas de atum da Tailândia para a UE pagam taxa máxima, mas mesmo assim a Tailândia é o maior exportador para o espaço comunitário. A diminuição do valor dos direitos ou a sua supressão por completo afetará drasticamente a indústria conserveira portuguesa com o eventual fecho de várias fábricas e o conseqüente aumento de desemprego.

“Qual a posição do Governo da República sobre o acordo de livre-comércio União Europeia-Tailândia?”, lê-se ainda na pergunta dirigida ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

**Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda / Açores**

Telefone: 296 204 250

E-mail: blocoacores@gmail.com

Site: acores.bloco.org



Bloco de Esquerda no Parlamento

Junho 2013



BE desafia Governo a não aplicar as 40 horas



BE desafia Governo Regional a não aplicar o aumento do horário de trabalho nos Açores

O Bloco de Esquerda desafiou o Governo Regional a não aplicar o aumento do horário de trabalho nos Açores. "Se o Governo Regional não tomar esta iniciativa, o Bloco de Esquerda vai apresentar uma proposta para a não aplicação das 40 horas de trabalho na administração pública regional", anunciou a deputada Zuraida Soares.

Aumentar o horário de trabalho, mantendo o mesmo salário, é contribuir para o empobrecimento dos trabalhadores. "É o que pretende o Governo da República e a Troika", acusou Zuraida Soares.

A deputada do BE desvalorizou a declaração oficial que o Governo fez durante o plenário: "Não fez mais do que

anunciar, simplesmente, que vai cumprir aquilo que o Tribunal Constitucional determinou relativamente ao pagamento do subsídio de férias. Isto não é a 'via açoriana', é simplesmente o que está expresso na Lei".

Zuraida Soares lembrou ainda que, mesmo assim, o pagamento vai ser feito com atraso, uma vez que o PS não quis aprovar em tempo útil uma proposta do Bloco de Esquerda que determinava o pagamento destes subsídios ainda durante o mês de Junho, como estipula a legislação, e como, aliás, estão a fazer muitas autarquias por todo o País.

Reestruturação na Saúde tem que ser refeita ouvindo profissionais do sector e população

A proposta do Governo Regional para a reestruturação do Serviço Regional de Saúde (SRS) "afasta as pessoas dos cuidados de saúde, torna a saúde mais cara para os utentes, desumaniza, ainda mais, os cuidados de saúde, e obriga as pessoas a mais deslocamentos, dentro de cada ilha e inter-ilhas". A crítica foi feita pela deputada do Bloco de Esquerda, que defendeu o reinício deste processo, através da "auscultação e do trabalho de cooperação com quem sabe do assunto, com quem trabalha no SRS, com as populações e com as diferentes forças políticas".

Zuraida Soares voltou a defender que a grande mudança no sector da Saúde deveria ter como ponto de partida um Orçamento de Base Zero, elaborado a partir das reais necessidades das populações, que respeite a realidade arquipelágica e demográfica dos Açores com uma política de proximidade alargada, e que recuse uma discussão do SRS condicionada pela dívida do sector.

